



# INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - Em Recuperação Judicial

Subsidiária Integral da Inepar S.A. Indústria e Construções

CNPJ/MF Nº 02 258 422/0001-97 - NIRE Nº 35 3 0035368 4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A Administração da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submeteu à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, Relatório do Auditor e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**Mensagem do Presidente 2022**, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o “mau humor” de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada. Além da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaca para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon. O grande destaque foi o mercado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fomento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alcamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) visitamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, muitas parcerias foram resgatadas, no setor de Energia novas parcerias foram formalizadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – mais de R\$ 2,5 bilhões para prestação de serviços de EPC. Já na Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PJRJ, recorremos à monetização de claims e ao levantamento de depósitos judiciais. Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPIs O&G e Projetos, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento. Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juiz da RJ decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o **trânsito em julgado**. 2023 inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento pois as esferas política e econômica ainda estão desalinhas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contanto com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, desajuste na economia e, consequentemente atraso na decisão de novos investimentos. Daí a importância e, como nosso mercado demanda investimentos em infraestrutura, que por sua vez necessita de ambiente regulatório, político e econômico estável, temos buscado o crescimento a retomada do mercado. Por outro lado, para embasar a nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Econômico – “Rascunho do Novo PAC anima setor privado” – 23/03/2023*). Adicionalmente, reforça a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo. Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa operacional fique positivo; ii) renegociação com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas. Estamos confiantes, vamos em frente! Um forte abraço, Ricardo Aguiar Filho.

**Desempenho do exercício de 2022 e Principais Conquistas do Grupo Inepar/lesa.** 1) **Principais conquistas de 2022**, - Decisão Judicial em novembro de 2022 sobre o extinção do processo de recuperação judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses; - Após fechamento da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciamos os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor; - Leilão da UPI’s IPM e IOG; - ENISA se apresenta ao mercado como empresa de EPC, participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core de Energia e O&G principalmente; - Prospeção de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas; e - Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região. **Resultado Econômico.** O prejuízo acumulado da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 9.133 milhões, enquanto que no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 184.793 milhões. O lucro do exercício de 2021 foi gerado principalmente pelo recebimento no mesmo período de 2022 sobre o extinção do processo de recuperação judicial, a PFGFN em dezembro de 2021, o que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos. Já o prejuízo do exercício de 2022, se deveu, principalmente, em função das correções dos passivos tributários consolidados através da Transação Tributária. O Grupo Inepar/lesa, vem

intensificando suas ações na área comercial e com substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras, outras operadoras concessionárias e Condições Fornecedores de Ampliação e Modernização de plantas); Geradora de Energia (oportunidades em reforma e modernização de usinas hidroelétricas) com abordagem direta aos clientes finais como Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, Spic, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG, Randon, entre outros. A geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 3.5 bilhões e apresenta resultados venda de equipamentos de unidade de Araraquara (Petrobras, Acelen, Nuclep, Inepar-Caramuru Alimentos e CIR – Uruguai, entre outros). Para as propostas em EPC o período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses e há grande estoque de ofertas em análise, possivelmente até em função do processo eleitoral de final de 2022. **A Evolução do Plano de Recuperação Judicial.** No final de 2014, o Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil, nos últimos anos e, por consequência, às pressões estruturais, dinâmicas e flutuantes e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial. Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação. Dentro do contexto da recuperação, • Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014. • O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores. • Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões. • Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas convertíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passaria a deter 33,5% de participação societária. • A reestruturação promoveu a liberação de blocos e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia. • Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e convertíveis em ações ordinárias da Companhia (INEP3), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. • Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial. • Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia. Em 07/11/2022, o Grupo Inepar/lesa, apresentou petição ao D. Juiz da Recuperação Judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juiz da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial. **Aproveitamento dos Atos para Alenação da UPI/IMP/IOG.** Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI/IMP/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente se manifestado pelo interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI/IMP/IOG. O D. Juiz da Recuperação Judicial deferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI. O Recurso interposto pela Inepar está com julgamento suspenso em razão do trâmite do Recurso da Melville, que deve deferido o pleito de tutela antecipada para depósito judicial do valor do Preço da UPI/IMP/IOG, a fim de resguardar o direito de aquisição da UPI no processo de concorrência já iniciado, no caso de provimento de seu Recurso. Até o presente momento, a Melville teve os pedidos de prazo para pagamento deferidos, estando a Inepar no aguardo do deslinde do Recurso, já que a Companhia mantém seu interesse na venda destas UPI’s como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soerguimento das atividades operacionais. Da Continuidade das operações Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade do Grupo Inepar/lesa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos: I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens: a) Eftivação da alienação das ações da UPI IOG; b) Eftivação da alienação dos

ativos situados nos municípios de Magé e Charquedas; e c) Eftivação da alienação de parte da UPI/IMP/IOG em máquinas e móveis, localizados no município de Araraquara. II- Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido: a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1.212 milhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos. b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais. III – Outras ações em andamento. a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC. Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 bilhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos. Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 meses, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos. Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos. b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho; c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos; d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ. e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades. f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do Grupo Inepar/lesa do passivo tributário da ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2020, que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões. Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, o Grupo Inepar/lesa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura. No curto prazo, o Geppo Inepar/lesa, tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa. No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infra estrutura. **AUDITORIA EXTERNA.** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR/lesa informa que neste exercício encerrado em 31/12/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de sua controlada estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA.** Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre final em 31 de dezembro de 2022 e com referência às opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que o Grupo Inepar/lesa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes “a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que foram sendo efetivados, contribuíram para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial”, conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado. Sempre respeitadas as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei – Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Balanço Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)					
Ativo Circulante	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa e equivalentes de caixa	7	172	163	173	163
Contas a receber de clientes	8	-	-	214	-
Tributos a recuperar	9	1.080	1.103	1.108	1.103
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.252</b>	<b>1.266</b>	<b>1.495</b>	<b>1.495</b>	<b>1.266</b>
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	16.1	208.043	212.242	208.180	212.242
Tributos a recuperar	9	1.508	1.361	1.508	1.361
Outros créditos	10	6.546	6.546	6.546	6.546
Investimentos	11	17.878	18.306	-	-
Imobilizado	12	734	872	18.553	19.184
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>234.709</b>	<b>239.327</b>	<b>234.787</b>	<b>239.333</b>	<b>234.709</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>235.961</b>	<b>240.593</b>	<b>236.292</b>	<b>240.599</b>	<b>235.961</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		213	79	531	79
Obrigações sociais e trabalhistas		130	409	130	409
Obrigações fiscais e tributárias	13	19.260	12.858	19.261	12.858
Outras contas a pagar		6.979	8.379	6.979	8.379
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>26.582</b>	<b>21.725</b>	<b>26.901</b>	<b>21.725</b>	<b>26.582</b>
<b>Não circulante</b>					
Exigível a longo prazo					
Obrigações fiscais e tributárias	13	72.526	77.173	72.526	77.173
Partes relacionadas	16.1	-	-	-	-
Tributos diferidos	14	2.133	2.169	2.133	2.169
Provisões para contingências	15	6.765	2.310	6.765	2.310
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>81.424</b>	<b>81.780</b>	<b>81.424</b>	<b>81.784</b>	<b>81.424</b>
<b>Patrimônio líquido da controladora</b>					
Capital social	17 (a)	191.423	191.423	191.423	191.423
Prejuízos acumulados		(488.973)	(479.945)	(488.973)	(479.945)
Ajuste de avaliação patrimonial	17 (b)	425.505	425.610	425.505	425.610
<b>Total</b>	<b>127.955</b>	<b>137.088</b>	<b>127.955</b>	<b>137.088</b>	<b>127.955</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários			2	2	2
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>127.955</b>	<b>137.088</b>	<b>127.957</b>	<b>137.090</b>	<b>127.957</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>235.961</b>	<b>240.593</b>	<b>236.292</b>	<b>240.599</b>	<b>235.961</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)					
Recursos Operacionais Líquidos	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
18	-	-	323	-	-
Custos dos produtos e serviços	-	-	(238)	-	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Recursos [Despesas] operacionais</b>	<b>(1.043)</b>	<b>186.326</b>	<b>(1.128)</b>	<b>186.326</b>	<b>(1.043)</b>
Gerais e administrativas	(1.367)	(2.172)	(1.880)	(2.176)	-
Outras receitas e despesas líquidas	19	752	187.915	752	187.915
Resultado da Avaliação de Investimentos	(428)	583	-	587	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas operacionais</b>	<b>(1.043)</b>	<b>186.326</b>	<b>(1.043)</b>	<b>186.326</b>	<b>(1.043)</b>
Despesas financeiras	20	(8.290)	(2.686)	(8.290)	(2.686)
Receitas financeiras	20	17	10	17	10
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro IR e CS diferidos</b>	<b>(9.316)</b>	<b>183.650</b>	<b>(9.316)</b>	<b>183.650</b>	<b>(9.316)</b>
183	1.143	183	1.143	1.143	1.143
<b>Resultado das operações continuadas (Prejuízo) / Lucro do exercício</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>
<b>Atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores			(9.133)	184.793	
Participação dos acionistas não controladores			-	-	-
<b>Total</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício: 246.385.246.385.991					
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício: 66.035.66.034.745					
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$ (28,63) 579,20					
Resultado básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$ (31,48) 637,18					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração do Resultado Abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)					
Recursos Operacionais Líquidos	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
18	-	-	323	-	-
Custos dos produtos e serviços	-	-	(238)	-	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Recursos [Despesas] operacionais</b>	<b>(1.043)</b>	<b>186.326</b>	<b>(1.128)</b>	<b>186.326</b>	<b>(1.043)</b>
Gerais e administrativas	(1.367)	(2.172)	(1.880)	(2.176)	-
Outras receitas e despesas líquidas	19	752	187.915	752	187.915
Resultado da Avaliação de Investimentos	(428)	583	-	587	-
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro IR e CS diferidos</b>	<b>(9.316)</b>	<b>183.650</b>	<b>(9.316)</b>	<b>183.650</b>	<b>(9.316)</b>
183	1.143	183	1.143	1.143	1.143
<b>Resultado das operações continuadas (Prejuízo) / Lucro do exercício</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>
<b>Atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores			(9.133)	184.793	
Participação dos acionistas não controladores			-	-	-
<b>Total</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)					
Atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>	<b>184.793</b>	<b>(9.133)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes	-	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	138	940	631	940	940
Alienação de imobilizado	-	12.043	-	12.043	12.043
Resultado da avaliação de investimentos	428	(583)	-	(587)	-
Provisões (Reversões)	4.455	(89.635)	4.455	(89.635)	4.455
<b>Resultado do exercício ajustado (Aumento) redução no ativo:</b>	<b>(4.112)</b>	<b>107.558</b>	<b>(4.047)</b>	<b>107.554</b>	<b>(4.112)</b>
Operações de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-
Contas a recuperar	(124)	(355)	(152)	(355)	(152)
Outros créditos	-	(6.546)	-	(6.546)	-
<b>Total</b>	<b>(4.236)</b>	<b>(6.901)</b>	<b>(366)</b>	<b>(6.901)</b>	<b>(4.236)</b>
<b>Aumento no passivo</b>					
Fornecedores	134	(48)	452	(48)	452
Salários e encargos sociais	(279)	311	(279)	311	(279)
Impostos e contribuições a recolher	1.719	(88.498)	1.720	(88.498)	1.720
Outras contas a pagar	(1.400)	5.302	(1.400)	5.303	(1.400)
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>(82.933)</b>	<b>493</b>	<b>(82.932)</b>	<b>174</b>
<b>Caixa (Gerado) consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(4.062)</b>	<b>17.724</b>	<b>(3.920)</b>	<b>17.721</b>	<b>(4.062)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>					
Aquisições de novos investimentos	-	(18.311)	-	(18.311)	-
Pagamento pela compra imobilizado	-	-			



# INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - Em Recuperação Judicial

Subsidiária Integral da Inepar S.A. Indústria e Construções

CNPJ/MF Nº 02 258 422/0001-97 - NIRE Nº 35 3 0035368 4

econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo. A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

**4.15. Dividendos** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

**4.16. Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) "Impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis; d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

**4.17. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela Companhia** As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. • Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios; • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material; • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; **Normas emitidas, mas ainda não vigentes** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023. • CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro • CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Nota 5 - Instrumentos financeiros CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de "impairment" para ativos financeiros. A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado. A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia seguiu os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias. **a) Considerações gerais** - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisões por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada. **b) Valor de mercado** - os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas** Risco de crédito A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagas na medida em que vão sendo executadas, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual. **Riscos de taxas de juros** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, rastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis. **Riscos de taxas de câmbio** A Companhia não está exposta ao risco de taxa de câmbio. **Risco de liquidez** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Nota 6 — Instrumentos financeiros por categoria.** A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Empresa	Ativos		Passivos		Resultado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
ENISA - INOVAVAÇÃO, E INFR. S.A.	18.312	4	(4)	18.308	99,99%	18.306	(4)
<b>TOTAL</b>	<b>18.312</b>	<b>4</b>	<b>(4)</b>	<b>18.308</b>		<b>18.306</b>	<b>(4)</b>

Nome	Ativos		Passivos		Resultado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
ENISA - INOVAVAÇÃO, E INFR. S.A.	18.200	320	(428)	17.880	99,99%	17.878	(428)
<b>TOTAL</b>	<b>18.200</b>	<b>320</b>	<b>(428)</b>	<b>17.880</b>		<b>17.878</b>	<b>(428)</b>

Nome	Ativos		Passivos		Resultado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
ENISA - INOVAVAÇÃO, E INFR. S.A.	18.200	320	(428)	17.880	99,99%	17.878	(428)
<b>TOTAL</b>	<b>18.200</b>	<b>320</b>	<b>(428)</b>	<b>17.880</b>		<b>17.878</b>	<b>(428)</b>

A Enisa - Inovação e Infraestrutura foi constituída em 25 de agosto de 2021, com participação de 99,99% e capital social de R\$ 18.312, capitalizado pela Inepar Equipamentos e Montagens S/A, com bens do ativo imobilizado. A Inepar Equipamentos e Montagens S/A, tem uma participação de 25,4% no capital da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, cuja consolidação encontra-se na Controladora Inepar S/A Indústria e Construções. Na sociedade controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, foi constituída provisão para passivo à descoberto da investida IESA - Projetos Equipamentos e Montagens S/A, haja vista que, indiretamente, possui 100% de participação no capital da investida.

**Nota 12 - Imobilizado**

Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	TOTAL
5.720	942	6.662
(4.848)	(942)	(5.790)
<b>872</b>	<b>-</b>	<b>872</b>

Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	TOTAL
5.720	937	6.657
(4.986)	(937)	(5.923)
<b>734</b>	<b>-</b>	<b>734</b>

Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	TOTAL
24.031	942	24.973
(4.847)	(942)	(5.789)
<b>19.184</b>	<b>(5)</b>	<b>19.179</b>

Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	TOTAL
24.031	937	24.968
(5.478)	(937)	(6.415)
<b>18.553</b>	<b>-</b>	<b>18.553</b>

Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	TOTAL
24.031	937	24.968
(5.478)	(937)	(6.415)
<b>18.553</b>	<b>-</b>	<b>18.553</b>

Os principais bens patrimoniais da Companhia como: instalações, equipamentos e máquinas industriais estão localizados para a coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial, em função da transferência das atividades operacionais e mercadorias ocorrida desde 2004. A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.636/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 14/07/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/2009, que aprova a interpretação Técnica CPC 10. Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica CPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por Empresa especializada. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos imobilizados e outros ativos não circulantes, sendo que não foram identificadas perdas por "impairment". No exercício de 2021, a Inepar Equipamentos e Montagens S/A, efetuou uma capitalização através de máquinas e Equipamentos para a Empresa Enisa-Inovação e Infraestrutura no valor de R\$ 18.312. **Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação.** A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo: • Política de renovação dos ativos; • Inspeção "in loco" aos ativos das unidades avaliadas; • Experiência da Companhia com ativos semelhantes; e • Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes; • Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; • Informações contábeis e controle patrimonial; • Especificações técnicas; • Conservação dos bens; e • Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos. O valor residual e a vida útil dos ativos e métodos de depreciação foram revisados no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste período a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

**Nota 13 - Obrigações fiscais e tributárias**

Controladora	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recolher	957	2.432
ISS a recolher	311	279
Impostos diferidos	605	605
INSS e Senai a recolher (a)	-	2.711
Parcelamento Simplificado - RFB	170	-
Parcelamento Transação Individual PGFN (b)	87.722	81.984
Obrigações previdenciárias (c)	-	-
Outras obrigações	2.021	2.020
<b>91.786</b>	<b>90.031</b>	<b>91.787</b>

Controladora	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recolher	957	2.432
ISS a recolher	311	279
Impostos diferidos	605	605
INSS e Senai a recolher (a)	-	2.711
Parcelamento Simplificado - RFB	170	-
Parcelamento Transação Individual PGFN (b)	87.722	81.984
Obrigações previdenciárias (c)	-	-
Outras obrigações	2.021	2.020
<b>91.786</b>	<b>90.031</b>	<b>91.787</b>

Controladora	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recolher	957	2.432
ISS a recolher	311	279
Impostos diferidos	605	605
INSS e Senai a recolher (a)	-	2.711
Parcelamento Simplificado - RFB	170	-
Parcelamento Transação Individual PGFN (b)	87.722	81.984
Obrigações previdenciárias (c)	-	-
Outras obrigações	2.021	2.020
<b>91.786</b>	<b>90.031</b>	<b>91.787</b>

Circulante Não circulante

a) Refere-se principalmente ao parcelamento das obrigações devidas ao SENAI, cujos valores foram fracionados em 12 parcelas mensais. Atualmente, o parcelamento encontra-se suspenso. b) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação Individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020. O parcelamento dos demais débito devidos a PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições. Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021. Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 100.862 consolidado através do Termo de Transação Individual e foram contabilizados no exercício de 2021, em contrapartida da conta de resultado "Recuperação de Despesas - Transação Individual". Conforme Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, referente a regulamentação da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a empresa poderá abater até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da GSSL. A Companhia está negociando junto a Procuradoria da Fazenda Nacional, o abatimento da dívida através da utilização dos créditos dos prejuízos fiscais, do IRPJ e do CSLL. **Nota 14 - Tributos diferidos** O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida em que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

Diferenças Temporárias	Revisão de Vida Útil	Custo Atribuído s/Parcelamentos	TOTAL
1.361	1.361	121	2.048
147	147	(3)	(96)
<b>1.508</b>	<b>1.508</b>	<b>118</b>	<b>2.015</b>

Possível	Provável	Possível	Provável
1	646	1	207
20.712	941	163	1.409
-	4.710	5.048	226
-	468	-	468
<b>20.713</b>	<b>6.765</b>	<b>5.212</b>	<b>2.310</b>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Saldo Inicial	(-) Baixas (+) Adições	Saldo Final
2.310	91.946	4.455
-	(89.636)	6.765
<b>2.310</b>	<b>2.310</b>	<b>2.310</b>

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração registrou em conta de provisão considerando o montante estimado de perda e para as perdas possíveis estamos apenas divulgando os valores envolvidos. **Trabalhistas** - reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios. **Tributárias** - Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação de várias legislações vigentes, no exercício de 2021, também provisionamos os valores que estavam em fase de parcelamentos junto à Receita Federal. **Cíveis** - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização. **Outros** - Constituição de provisão para futuras despesas no Consórcio Unamom.

**Nota 16 - Partes relacionadas. 16.1. Transações com partes relacionadas.** As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2022 nas demonstrações financeiras consolidadas.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

to do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Ênfases. Coisa Julgada em Matéria Tributária.** Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular nº 12023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considero que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgados e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões. **Reconhecimento de Recobíveis.** Conforme mencionado na nota explicativa "19", foi registrado contabilmente em 30 de junho de 2021 recebíveis (claims) no montante de R\$ 6.546 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como "praticamente certo", uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais. **Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.** Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições. Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 100.862 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais", conforme disposto na nota explicativa "19". A manutenção do referido ganho junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos no parágrafo de "ênfase", entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório: **a) Débitos Tributários.** A Companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os débitos tributários reconhecidos foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa "19". **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respecti-

vos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil. **b) Contingências** A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceita. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor.** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos Demonstrados do Valor Adicionado.** Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício financeiro 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a supervisão da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160/Pub: 25/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/25/INEPAR1569807825042023.pdf>

Hash: 1682368802513ac4c7694944258d83bb2627dffa1e

	CONTROLADORA	
	Ativo	Passivo
Contas correntes	201.028	201.832
Ativos	6.269	9.871
Passivos	746	539
<b>208.043</b>	<b>212.242</b>	<b>-</b>

	CONSOLIDADO	
	Ativo	Passivo
Contas correntes	201.037	201.832
Ativos	6.397	9.871
Passivos	746	539
<b>208.180</b>	<b>212.242</b>	<b>-</b>

	CONTROLADORA	
	Ativo	Passivo
Contas correntes	201.832	(804)
Ativos	9.871	(3.602)
Passivos	539	207
<b>212.242</b>	<b>(4.199)</b>	<b>208.043</b>

	CONSOLIDADO	
	Ativo	Passivo
Contas correntes	201.037	201.832
Ativos	6.397	9.871
Passivos	746	539
<b>208.180</b>	<b>212.242</b>	<b>-</b>



## INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - Em Recuperação Judicial

Subsidiária Integral da Inepar S.A. Indústria e Construções

CNPJ/MF Nº 02 258 422/0001-97 - NIRE Nº 35 3 0035368 4

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção rele-

vante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulga-

ções e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2023.



Müller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR Nº 6.472/O-1  
George Angnes - Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 25/04/2023

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/25/INEPAR1569067825042023.pdf>

Hash: 1682368802513ac4c7694944258d838b2627dffa1e